



# A importância da sala de AEE na escola regular: desafios, possibilidades e o avanço com os alunos

Renan Italo Rodrigues Dias

*renan\_20\_90@hotmail.com*

**Resumo:** Na educação, o meio social e a realidade do educando são uns dos aspectos determinantes no processo de aprendizagem. E neste meio social estão incluídas as pessoas com necessidades educacionais especiais - dentre estas os surdos. A educação, portanto, precisa estar sempre se atualizando para garantir o diálogo com a realidade. Esta temática justifica-se em meu Trabalho de Conclusão de Curso pela questão de que a inclusão escolar constar na realidade atual do mundo "globalizado", nos documentos da política educacional e na literatura pedagógica. E a partir do levantamento bibliográfico, fazendo ponte com a realidade e as necessidades dos PNEE s, surgem questões como: por que a educação inclusiva bilíngue? Durante o trabalho procura-se responder a esta questão, dentre outras. A linguagem tem um papel relevante no desenvolvimento cognitivo e intelectual do indivíduo. É através da linguagem que se troca informações e experiências, é quando ocorre a interação. Na sociedade de hoje a comunicação não ocorre mais oralmente, somente. Por isso a importância da educação bilíngue, que visa uma educação para a sociedade juntamente valorizando a cultura e a linguagem dos diferentes educandos. Porém, a escola fornece a educação bilíngue aos surdos?

**Palavras-chave:** Recreação, Criança, Especial; Inclusiva e Escola.

## 1. Introdução

A educação forma sujeitos para a sociedade, por isso é importante a educação sempre se atualizar e se adaptar a realidade do aluno, para que se possa atender às necessidades destes. Sendo assim, a educação bilíngue é de suma importância para a comunicação entre surdos, ouvintes e o mundo. Na sociedade atual há diferentes sujeitos, culturas, linguagens e necessidades. E o papel da educação escolar é interligar as dife-

renças, não só como forma de preparar o educando para a sociedade das diferenças, mas como reflexo desta sociedade também. Hoje há a "inclusão social", que visa o respeito e adaptação às pessoas com necessidades educacionais especiais e destas à sociedade em que vivem. Porém, a história da educação inclusiva mostra a lentidão para se chegar a respeitar os PNEEs, em especial, neste artigo, os surdos.

Durante a história da humanidade, os surdos eram excluídos da sociedade, pois eram vistos como irracionais, não educáveis, não cidadãos e eram privados de qualquer instrução. Somente em 1712-1789 é que surgiu, na França, a primeira escola para crianças surdas, onde foi utilizada a língua de sinais como objetivo de dar acesso à educação. Porém, o reconhecimento dos surdos como cidadãos não ocorreu de forma rápida. Até o século XX, na década de 40, com Hitler, havia extermínio, dentre diversos fatores, dos deficientes físicos e/ou mental em busca de uma raça "pura" e "perfeita".

No Brasil, a primeira instituição especializada para surdos surge em 1857, a convite do Imperador D. Pedro II, com a criação do Instituto Nacional dos Surdos, o INES.

Os estudos sobre os PNEEs iniciaram-se na área da medicina, no final do século XVI, na Europa, saindo a influência da Igreja. Logo o foco começa a se transformar em um estudo médico-pedagógico. O precursor deste estudo é Itard, que se baseou em recuperar e educar Víctor de Aveyron, um menino selvagem criado em floresta, sem contato com o ser humano; supostamente deficiente mental.

Portanto, ao se falar em educação dos surdos (e dos diferentes PNEEs) tem-se por base a educação especial, que visa o assistencialismo, primeiramente com deficiências sensoriais, surdo e cego. Com o decorrer do tempo é que se chega à educação inclusiva, que visa o respeito às diferenças através da interação e adaptação às necessidades.

Ao se falar em Educação Inclusiva é pertinente abordar Vygotsky (1989), um psicólogo sócio-interacionista. Este aborda que os "deficientes" podem se beneficiar do processo de ensino e aprendizagem assim como os demais, porém precisam ser corretamente estimulados. Ele ressalta em seus estudos que os métodos psicológicos utilizados para avaliar um PNEE eram quantitativos, focando no defeito ao invés da capacidade do aluno. A partir deste pensamento, ele abriu estudos para a redefinição do papel da escola.

Portanto, ao se falar em educação dos surdos nas escolas regulares, é de vital importância falar do bilinguismo, pois dará acesso a Libras pelo aluno surdo, utilizando de sua cultura e linguagem na educação escolar, gerando estímulo no processo de ensino e aprendizagem. Além de manter o acesso à Língua Portuguesa, tão importante também para o surdo que está inserido numa sociedade de ouvintes e que utilizam tal idioma. Assim, é ressaltada a interação social, trocando experiências, informações que fazem parte da formação do sujeito.

De acordo com o decorrer da história do surdo na sociedade mundial e brasileira, hoje se têm um grande avanço no papel do surdo na sociedade e sua valorização social. Um exemplo disso é a Declaração de Salamanca (1994), que visa uma educação para todos, destacando em seus escritos a crença da importância do direito à educação na escola regular, pois as crianças têm interesses, habilidades e necessidades diferentes e únicas (Salamanca). Logo após, em 1996, a LDB 9.394 traz um capítulo (V) dedicado a educação especial, para reaver certos direitos dos PNEEs. Apesar de ser mencionada a educação especial na LDB 9.394/96, o qual não é meu foco de pesquisa, abordada em um de seus artigos a "efetiva integração na vida em sociedade" (Art. 59), por isso o atendimento preferencialmente na rede regular de ensino.

Pôde ser realizado pesquisa de campo em 3 instituições de ensino diferentes, no INES, em uma instituição particular inclusiva e instituição pública inclusiva. Destas foi possível comprovar a importância do bilinguismo (Libras+Língua Portuguesa) em classe regular inclusiva, pois estimula o aluno a aprender com acesso à sua linguagem e cultura. Portanto, apesar de ainda não haver uma integração ideal, a educação inclusiva é um desafio que está sendo vencido, aos poucos, para o benefício de todos os educandos.

## 2. Reflexões

As crianças com deficiência auditiva não são atendidas conforme suas necessidades. Professores enfrentam inúmeras barreiras para incluir o educando com limitações auditivas no espaço escolar, percebemos que as crianças com deficiência auditiva na escola regular, especificamente do ensino infantil não têm recebido a atenção necessária e a devida estimulação no seu desenvolvimento. A problemática desse tema foi proposta a fim de pesquisar crianças na educação infantil que tenham deficiência auditiva, verificando o processo de ensino e aprendizagem e se o professor sabe trabalhar com essas crianças. Como ele ministra sua aula e como o aluno aprende? Como ele se socializa com as outras crianças?

Diante disso, o tema proposto tem como objetivo observar a vivência das crianças na Educação Infantil que têm deficiência auditiva, dentro do processo de ensino e aprendizagem nas escolas Municipais, como também analisar o comportamento dos professores perante este aluno, verificar como é a socialização do deficiente com as crianças da escola regular e se as mesmas estão adequadas para atender essas crianças.

É notório que o professor tem um papel que está relacionado com a valorização das diferenças, porém o que tem acontecido é que o docente não sabe como agir com os educando surdos, ficando muitas vezes angustiado diante dos mesmos e de suas dificuldades

comunicativas, isso se torna um agravante no processo de comunicação e de educação destas crianças.

Vale ressaltar que a finalidade da inclusão é que todas as pessoas com necessidades especiais busquem seu desenvolvimento para poder exercer sua cidadania, o pré-requisito para alcançar este objetivo é a modificação da sociedade, começando assim com as crianças que são o futuro deste país. Acredita-se que a surdez profunda é muito mais que um diagnóstico médico. A "cura" está na compreensão dos seres humanos, e isso é "gratuito", no entanto, antes de compreendermos estas pessoas devemos mostrar isto às ditas normais, para que haja a socialização das pessoas com deficiência auditiva. Embora as crianças surdas necessitem se orgulhar de seus feitos, as mesmas também precisam de um conhecimento para que possam aproveitar tudo que a vida tem a oferecer. Isso implica em que pais e escolas ensinem as experiências de vida e ajudem as crianças surdas a compreender como relacionamentos sociais são iniciados e mantidos.

A declaração da Salamanca na Espanha, entre 7 e 10 de Junho de 1994, foi elaborada em decorrência da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, reuniu delegados de 92 países e 25 organizações internacionais, cujo objetivo foi orientar organizações e governos para que todas as crianças sejam acolhidas nas diversas práticas educativas, independentemente de suas condições físicas, emocionais, intelectuais, sociais ou quaisquer outras. Dessa forma, a Declaração da Salamanca tem a

perspectiva de um mundo inclusivo, onde todos tenham direito à participação na sociedade em busca do mais alto nível de democracia.

A escola deve também aperfeiçoar sua ação pedagógica, sem considerar a educação especial como uma parte separada da educação. A Educação Infantil é importante para qualquer criança, porém para as crianças portadoras de necessidades especiais é essencial. Segundo Mantoan (1997), é preciso respeitar os educandos em sua individualidade, isso depende da fusão do ensino regular com o especial, pois fundir significa incorporar elementos distintos para se criar uma nova estrutura. Devido à carência de estimulação nos primeiros anos de vida, a criança com deficiência auditiva não tem um ritmo natural do processo evolutivo infantil, ficando assim distante dos padrões de desenvolvimento psicomotor, sócio afetivo, cognitivo e da linguagem. Quanto maior o tempo sem a estimulação, a mesma terá uma tendência maior a desenvolver deficiências e a probabilidade de intensificá-las.

No dia 26 de Setembro comemora-se o Dia Nacional do Surdo, esta data marca a luta histórica da comunidade surda por melhores condições de vida, trabalho, educação, saúde, dignidade e cidadania. Data escolhida em referência à criação da primeira escola para surdos no Brasil: o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, inaugurado em 26 de Setembro de 1857, pelo professor Francês Ernet Hwet, que veio para o Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação. Naquele tempo, o trabalho de oralização era feito pelos professores comuns, não havia os especialistas. Entre as recentes conquistas de inclusão social alcançadas pela comunidade no Brasil, em 2002, está a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação para os surdos e a sua inclusão em 2000, como disciplina curricular nos cursos de formação de professores em nível médio, superior e nos cursos de fonoaudiologia.

De acordo com a Declaração da Salamanca (1994), qualquer pessoa portadora de necessidades especiais tem o direito de expressar conforme desejar, como também de ser consultada sobre a melhor maneira de aprender.

Segundo o texto da Constituição brasileira, em seu artigo 208, fica bem claro "o atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", percebemos que a política legislativa dá o direito igual a todos frequentarem a escola.

Entre as principais causas das deficiências auditivas estão às anomalias hereditárias, rubéola materna, nascimento prematuro, incompatibilidade sangüínea, entre mãe e criança, otite e meningite. Entretanto, a maior implicação de um problema auditivo de qualquer grau, nos primeiros três anos de vida de uma criança é a dificuldade na aquisição da linguagem oral. Um problema sensorial como a surdez traz conseqüências, irreversíveis muitas vezes.

No passado os surdos eram considerados incapazes de serem ensinados, por isso eles não freqüentavam escolas, houve assim grandes controvérsias sobre os melhores métodos para educá-los, o método oral e o manual de comunicação foram às principais controvérsias, nos dias atuais as abordagens de comunicação incluem três métodos: oral auditivo, soletração com os dedos e comunicação total (que parece ser o mais atual).

Do nascimento do filho até a suspeita e o diagnóstico da surdez a criança é considerada "normal", há uma forte carga afetiva, no entanto, quando os pais se deparam com este diagnóstico, esta relação muda drasticamente, pois os pais passam a sentir "pena" do filho, passa a ser um processo de aflição para os mesmos. A família deve ser o centro das orientações, no caso de crianças pequenas de zero a três anos de idade.

Pereira (1989), afirma que para os pais que têm imagem positiva do filho, os sinais constituem um meio facilitador da interação levando a valorizar, tanto o sinal quanto a fala na interação com o filho surdo, observando assim as reais possibilidades comunicativas das crianças.

Quando os pais recebem informações inadequadas quanto ao diagnóstico, tendem a lamentar e negar a surdez do filho por um longo período, para que isso não ocorra, os pais devem passar por um processo de adaptação emocional, que ao fim deste já aceitam a realidade da surdez e começam a desenvolver um novo relacionamento com o filho.

Para Góes (1989), "não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez", tudo depende das possibilidades e oportunidades oferecidas pela família para seu desenvolvimento, em especial para a consolidação da linguagem. A família tem um papel importante e fundamental no trabalho fonoaudiólogo, ela oferece à criança surda situação do dia a dia para a estimulação, seja por meio oral ou de sinais, além do mais é necessário que se trabalhe com o envolvimento de toda a família no processo de estimulação para que todos possam sentir-se capazes de ajudar e se responsabilizarem pela educação da criança surda, que por sua vez deve ser vista em sua totalidade dentro do contexto familiar.

Conseqüentemente, a escola colocará a aprendizagem como eixo principal, fazendo com que todos aprendam de modo que abra espaço para que: o diálogo, a cooperação, o espírito crítico, a solidariedade e a criatividade sejam exercidos na escola. E por fim, estimular e promover as formações continuadas do professor, pois é o facilitador da aprendizagem do aluno.

A interação do aluno portador de necessidades auditiva em classe regular não acontece em um passe de mágica. É preciso ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno com deficiência auditiva, família, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, alunos ouvintes e demais elementos da escola.

O aluno com necessidade especial auditiva deverá freqüentar o sistema regular de ensino, porque é um cidadão com os mesmos direitos de qualquer outro, e precisa de um modelo orientador da língua portuguesa, do modelo lingüístico nacional, pois é em um ambiente de ouvintes que o mesmo sempre viverá.

A aprendizagem de uma língua efetiva-se quando alguém tem o contato direto com os falantes dessa linguagem, nesse sistema ele fará uso da leitura orofacial e exercitará a expressão oral e escrita em classes especiais e em classes comuns, com apoio de salas de recurso.

Todo o trabalho de comunicação por meio da brincadeira motiva a criança a prestar atenção à fonte dessa comunicação, assim aprenderá a dirigir sua atenção quando precisar ou tiver algum interesse ao rosto da pessoa que está se comunicando com a mesma. É nesse momento que o adulto tem a chance de ajudar a criança a desenvolver a sua capacidade de leitura orofacial.

Naturalmente nas escolas que atendem os alunos com deficiência auditiva, as estratégias utilizadas no desenvolvimento curricular procuraram atentar para o fato de que alunos e professores precisam comunicar-se em língua portuguesa (falada ou escrita) como também em língua brasileira de sinais (LIBRAS).

Enquanto o professor não dominar LIBRAS a escola deve organizar-se de modo que professores e alunos desenvolvam um tipo de dinâmica em sala de aula no qual o conhecimento seja de fato compartilhado.

Vale ressaltar que todo fazer educacional com o aluno deficiente auditivo deve ter como objetivo específico o desenvolvimento de sua linguagem, se possível em um enfoque bilíngue.

Moura (1993) define o Bilingüismo como uma filosofia educativa que permite o acesso pela criança o mais precocemente possível as duas línguas: a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa na modalidade oral.

Há proximidades e distâncias entre essas duas formas de linguagem: a oral e a escrita. Pode-se trabalhar com as duas para que através da intersubjetividade, para cada aluno que acompanha a mesma possa descobrir que em todas as formas que as linguagens se constroem sempre, exibirá a beleza dos homens que as produzem, porque os conteúdos são sempre muito mais importantes do que as formas.

Vygotsky (1991), afirma que a linguagem não depende da natureza do meio material que utiliza o que importa é o uso funcional de signos de quaisquer tipos que possam exercer papel correspondente ao da fala. Desse modo, à linguagem não depende necessariamente do som, não sendo encontrada só nas formas vocais.

Brito (1993), ressalta que em uma língua bilíngüe, o ensino de português deve ser ministrado para os alunos com deficiência auditiva da mesma forma como são tratadas as línguas estrangeiras, ou seja, em primeiro lugar devem ser proporcionadas todas as experiências lingüísticas na primeira língua dos surdos (língua de sinais) e depois sedimentada a linguagem nas crianças, ensina-se à língua majoritária (língua Portuguesa) como segunda língua.

A competência na língua de sinais depende também do conhecimento de como a própria comunidade de surdos se organiza, através do contato extra-institucional do professor com os alunos com deficiência auditiva. Além disso, os deficientes auditivos no contato com os ouvintes realizam adaptações e ajustes na língua de sinais, visando um melhor entendimento que acabam dificultando a exposição dos professores à língua de sinais, portanto exige-se que a sociedade aceite o deficiente auditivo como portador de características culturais próprias.

É importante salientarmos que qualquer proposta de bilingüismo só pode ser considerada como tal se no ambiente escolar as línguas forem respeitadas em sua integridade. Evidentemente ainda não é possível implantar uma educação com bilingüismo, pois no Brasil há um número muito reduzido de profissionais que dominam LIBRAS.

Na avaliação da aprendizagem do aluno com deficiência auditiva não se pode permitir que o desempenho lingüístico interfira de maneira castradora no desempenho acadêmico, visto que o mesmo em razão de sua perda auditiva, já tem uma defasagem lingüística no que se refere a língua portuguesa (falada e/ou escrita).

Ao avaliar o conhecimento do aluno com deficiência auditiva o professor não deve supervalorizar os erros da estrutura formal da língua portuguesa em detrimento do conteúdo. Não se trata de aceitar os erros, permitindo que o aluno neles permaneça, mas sim de anotá-los para que sejam objetos de análises e estudo junto ao educando, a fim de que possa superá-los. A avaliação da aprendizagem do mesmo é ponto merecedor de profunda reflexão.

Os profissionais envolvidos nesse processo devem ser conscientes de que o mais importante é que os alunos consigam aplicar os conhecimentos adquiridos em seu dia a

dia, de forma que esses possibilitem uma existência de qualidade e o pleno exercício da cidadania.

Ao delinear o que é fundamental, é necessário abrir as discussões, reflexões, avaliações e principalmente, a participação com o qual é imprescindível planejar, organizar, desconstruir, além do mais pensar que fundamental é tudo aquilo que vai ao encontro da vida, que permite que o mundo entre na escola e que a escola entre em nossos diversos mundos.

### 3. Considerações

O presente estudo demonstrou que o desafio que confronta a escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia centrada na criança com necessidades especiais, capaz de educar a todas com sucesso. É necessário que cada profissional tenha consciência do seu papel como elo transformador das desigualdades estabelecidas pelas diferenças, para que essas não sejam vistas como obstáculos e possam ser tomadas para uma transformação social que permita um lugar digno a todos.

No âmbito escolar, observa-se a falta de preparo pedagógico do professor para atender essa clientela, pois não há curso de formação para esse profissional. Nesse caso, o professor de classe regular necessita de acompanhamento do especialista para minimizar a sua angústia. Dessa forma, torna-se necessária uma preparação prévia desse professor, a redução de números de alunos por turma, uma estrutura física adequada e o apoio especializado ao docente regular, um acompanhamento permanente aos pais e uma campanha de conscientização com a comunidade sobre a problemática da inclusão do surdo em classe regular.

Refletindo a respeito da educação como um todo, encontramos vários problemas com o próprio processo de aprendizagem em termos qualitativos e quantitativos, pois já se espera menos dos alunos "incluídos". Além é claro, o processo de aprendizagem não ser pensado de forma surda, o que exigiria uma revisão, com a presença de pessoas com deficiência auditiva que possuem essa dimensão.

O próprio currículo precisaria refletir e constituir essa forma surda, uma vez que se caracteriza enquanto dispositivo cultural e social e é fundamental no processo de formação da identidade das crianças.

As comunidades surdas estão despertando e percebendo que foram prejudicados com as propostas de ensino desenvolvidas até então e estão percebendo a importância e valor da sua língua, isto é, a LIBRAS. Os profissionais da área estão tendo mais acesso a informações que são resultados de pesquisas e estudos sobre a Língua de Sinais, possibilitando assim, a retomada dos conceitos estruturados de surdez e de Língua de Sinais. Estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que a língua de sinais pode ser considerada como língua natural. O reconhecimento dos deficientes auditivos e da sua comunidade lingüística assegura o reconhecimento das línguas de sinais dentro de um conceito mais geral de Bilinguismo.

## Referências

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Deficiência auditiva / organizado por Giuseppe Rinaldi et al. ? Brasília: SEESP,1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais / organizado por Lucinda F. Brito et.al. ? Brasília: SEESP, 1998.

BRITO, L.F. Integração social e educação de surdos. 1. Ed. Rio de Janeiro, Babel Editora, 1993.

CORDE. Subsídios para planos de ação dos governos federal e estaduais na área de atenção ao portador de deficiência. Brasília: Corde, 1994.

-----\_\_\_\_\_, Declaração De Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.

Brasília: Corde, 1994.

GOES, M.C.R. (1996). Linguagem, surdez e educação. Campinas, autores associados 1999.

\_\_\_\_\_,O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. Em atualidades da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre, Editora Mediação, 1999.

GUIMARÃES, Tânia Mafra (org). Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Minas Gerais, 2002.

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, 1996.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. A interação de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Mennon. Editora SENAC, 1997.

MEC/ Secretaria de Educação Especial. Política nacional de Educação Especial. Brasília, MEC, 1994.

MOURA, M.C. A língua de sinais na educação da criança surda. São Paulo, Tec Art, 1993.

PEREIRA, M.C. (1989). Interação e construção do sistema gestual em crianças deficientes auditivas/ filhos de pais ouvintes. Tese (Doutorado) ? Unicamp.

YIGOTSKY, L.S. Obras Escogidas: fundamentos de defectologia. Tomo IV. Madrid, Visor, 1997.

\_\_\_\_\_, A informação social da mente. 4.Ed. São Paulo, Martins Fontes, 1991.